

ACCOUNTABILITY E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A OFERTA DE CANAIS DE INTERAÇÃO POR PARTE DOS WEBSITES DOS GOVERNOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Marisleily Rodrigues de FREITAS¹, Heloísa Dias BEZERRA
(leilamorelly@gmail.com, diasbezerra.h@gmail.com)

Faculdade de Ciências Sociais – UFG

Palavras-chave: Internet, participação política, accountability, políticas públicas.

Introdução

A partir do século XX os meios de comunicação passaram por profundas transformações. Essa revolução nos meios de comunicação de massa evidencia o que alguns especialistas denominam de “complexidade comunicacional” proporcionada pela “era da informação” (ALONGE, 2006, p. 2). A internet é a maior expressão dessa complexidade comunicacional porque permite que os sujeitos recriem todo um sistema de sentidos e de interatividade que se fundamenta na liberdade de produção e na busca de informação. Agora as pessoas ou grupos podem com muito mais facilidade se expressar, se comunicar, bem como instituir novas redes de sociabilidade. (ALONGE, 2006)

A internet permite que as pessoas deixem de ser meros espectadores, passivos diante da criação e propagação das informações: os indivíduos podem agora ter uma posição frente essa nova perspectiva. A interatividade que a internet é capaz de oferecer pode ser um mecanismo que diminua a distância entre governantes e governados, bem como formar cidadãos mais ativos nos processos políticos ou de tomada de decisões. Contudo, não podemos esperar que a internet por si só mude a realidade: é uma tecnologia que pode alterar as relações entre atores políticos, mas isso depende da maneira como ela é utilizada. Se não for com o propósito de aumentar a participação política da sociedade civil, a web pode ser simplesmente usada como os meios de comunicação tradicionais, ou ainda ser mais um instrumento nas mãos daqueles que já participavam, não representando, portando, um incremento na participação política.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Sociais. Bolsista Capes.

Método

O Brasil tem dimensões continentais e a distribuição demográfica e de riquezas entre as unidades da federação e as regiões jamais foi equilibrada. Há, portanto, fortes assimetrias entre as unidades da federação. A existência de tais assimetrias suscita a seguinte pergunta: investimento em convergência digital significa, necessariamente, a realização qualitativamente superior da *accountability* política e da responsividade, e, conseqüentemente, a concretização de alguns dos requisitos político-administrativos fundamentais para a prática da boa governança?

Nossa hipótese é de que a resposta a essa pergunta é negativa, ou seja, a de que não há uma relação direta entre investimento em convergência digital e a realização qualitativamente superior da *accountability* política e da responsividade. Para testar essa hipótese, analisamos o portal do poder executivo de 10 estados, sendo dois por região e considerando as assimetrias maior PIB/menor PIB de acordo com os dados do IBGE de dezembro de 2007². Esses portais, objeto da pesquisa, englobam o sítio do Gabinete do governador e os das Secretarias estaduais.

Para atingir os objetivos propostos, entrevistaremos por e-mail e presencialmente Secretários de Estado e pessoal técnico responsável pela gestão das demandas efetivadas pela sociedade via espaços de interação disponibilizados pelos governos estaduais. As entrevistas realizadas por e-mail serão do tipo estruturadas, com uso de questionário elaborado previamente. As entrevistas presenciais serão do tipo semi-estruturadas, com roteiro elaborado após a análise preliminar das respostas obtidas por e-mail.

A pesquisa quantitativa tem como base a coleta de dados nos sites em questão, através de formulário de coleta previamente determinado, englobando questões relativas aos seguintes grupos de variáveis: Acessibilidade, Informações sobre o poder executivo, Informações sobre os membros do poder executivo (governador e secretariado), Relação com o poder legislativo, Relação com o público e a oferta de informações, Interação com o público e processos decisórios, Transparência administrativa, Links para outros órgãos de interesse.

² Trabalharemos com as cinco regiões do país, tendo sido selecionados os estados com maior e os com menor PIB respectivamente, de acordo com dados do IBGE. São eles: no centro-oeste, Goiás e Mato Grosso do Sul; no norte, Pará e Roraima; no nordeste, Bahia e Piauí; no sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e no sudeste, São Paulo e Espírito Santo.

Discussão

De acordo com Norris (2001), o principal impacto da internet é a criação de um “subsistema público virtual”, meio eficiente para dinamizar o papel da Comunicação e Informação entre o governante e os governados, principalmente os mais conscientes politicamente. A nova tecnologia pode ser capaz de fortalecer as instituições representativas e inserir novos atores ao sistema político, além de dar mais transparência entre os atores políticos. (Braga, 2007) Dessa forma, percebemos que a internet pode sim ser um meio de dinamizar a participação política e diminuir a distância entre governantes e governados, mas não em um passe de mágica. Ela pode ser usada para atender as demandas sociais ou pode servir aos propósitos de controle da informação e acirramento das desigualdades.

Outro ponto que focamos é o da *accountability* política. De acordo com Arato (2002), a *accountability* política é uma avaliação retrospectiva, principalmente quando se trata de representantes eleitos que não podem ser forçados a cumprir as promessas e programas enquanto estiverem no cargo, mas podem ser punidos por seus atos e omissões nas próximas eleições. Dentre outras características, é necessário o monitoramento crítico, ou seja, os eleitores precisam saber por quais atitudes o governo deve responder no meio de diversas alternativas políticas que poderiam ter sido escolhidas. Por isso, o problema do custo da informação é importante tema de discussão, além de que tipo de informação é disponibilizado pelo governo aos seus cidadãos e dos meios utilizados para isso. A possibilidade de se comunicar de forma rápida, barata e com grande alcance faz da internet o mais importante meio de articulação e organização da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos. A internet se transformou em um espaço público de importância primordial para o fortalecimento das demandas dos diversos atores sociais, que podem agora desenvolver mecanismos mais eficazes para a luta por suas demandas. (MACHADO, 2003)

Em seu trabalho sobre os portais de governo eletrônico, Pinho (2008) traz o aumento do uso de novas tecnologias pelos governantes. Ele destaca que as TICs estão presentes no setor governamental, principalmente na informatização de atividades e comunicação com cidadãos, empresas, fornecedores, etc. As novas TICs aceleram e aumentam a comunicação entre governantes e governados. Pelo menos, destaca o autor, a tecnologia promete e pode cumprir, dependendo do uso que se faz dela. Assim as TICs possuem um grande potencial para ampliar o

ambiente democrático, desde que se tenha definição política “no sentido da participação popular e da transparência, pois o governo pode deixar de oferecer o que não quer mostrar, para nem mencionar o que quer esconder.” (PINHO, 2008, p. 475) Dessa forma, nos preocupamos com o debate sobre os limites e também possibilidades do uso da internet no incremento da participação política e da realização da *accountability* política, bem como a força e a influência que as redes sociais e as redes de informação já vêm demonstrando em diversos processos políticos no mundo todo. Para termos um verdadeiro governo eletrônico, e não apenas disponibilização de serviços burocráticos online, nós devemos ter em mente também a mudança da estrutura hierárquica, bem como na circulação mais livre de informações, transparência administrativa, maior diálogo entre governo e cidadão e, um dos aspectos mais importantes, uma sociedade capacitada para participar dos processos políticos. Pensando num contexto social onde a participação popular ainda não se consolidou e, onde ela se instalou ainda enfrenta muitos problemas, como podemos esperar que a participação através das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) possa se afirmar e se desenvolver? (PINHO, 2008) Em nossa pesquisa, objetivamos avaliar (quantitativa e qualitativamente) de que forma a internet é utilizada pelos governos estaduais selecionados nos seguintes aspectos: se há espaços de interação diretos e indiretos, como blogs, chats e outros, e se permitem e incrementam a participação efetiva dos cidadãos; se as demandas efetivadas através de espaços de interação, tais como blogs, chats, e-mails, fale conosco, etc., são, de fato, consideradas nas decisões político-administrativas (políticas públicas, programas, processos decisórios em geral). Elegemos como objeto de estudo a interação política efetivada via internet por meio dos canais disponibilizados à sociedade civil pelos Executivos estaduais através dos seus *websites* oficiais.

Considerações finais

A coleta de dados já foi realizada, contudo os dados ainda não foram tratados. Isso será realizado em fase posterior do projeto. Portanto, ainda não podemos apresentar dados concretos. Acreditamos que o simples investimento em convergência digital por si só não garante a transformação dos canais de interação digital em mecanismos de efetivação de controles democráticos verticais e responsividade. Sabemos da força que as redes sociais e de informação vêm ganhando entre pessoas e grupos, sejam eles de cunho político ou não, especialmente entre os mais

jovens. Por isso é pertinente saber se os governos estaduais brasileiros estão utilizando essas ferramentas como meio de interatividade e de expressão das demandas da sociedade civil, ou se estão utilizando-as apenas para propaganda político-partidária ou ainda se não estão utilizando-as de forma nenhuma. Investimentos financeiros terão melhor resultado se acompanhados por mudanças no comportamento dos gestores, por exemplo, com a criação de equipes responsáveis por filtrar, analisar e encaminhar as supostas demandas efetivadas pela sociedade via espaços de interação, conforme constatado por pesquisas realizadas junto a executivos de cidades européias de pequeno porte (Rothberg, 2008).

Referências Bibliográficas

ALONGE, Wagner. *Ágoras digitais: a emergência dos blogs no ciberespaço e suas implicações na sociabilidade e cultura midiática*. **I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política**, Salvador-BA, 2006.

ARATO, Andrew. *Representação, soberania popular e accountability*. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 55-56, pp. 85-103, 2002.

BRAGA, Sérgio. *Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias?* Um estudo de caso sobre a informatização dos órgãos legislativos da América do Sul. **Opinião Pública**, vol. 13, nº 1, Campinas, junho, 2007.

MACHADO, Jorge A. S. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

NORRIS, Pippa. **Digital divide? Civic engagement, information poverty and the internet Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PINHO, Jose Antonio Gomes de. *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 3, pp. 471-493, maio-junho/2008.

ROTHBERG, Danilo. *Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica*. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008.